



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

EDITAL PE DG N.º 049/2025 – BB N.º 1085005

INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:

ATENÇÃO:

a) A disputa se dará por **menor preço GLOBAL por lote**. Para efeito de lances, considerar o **valor GLOBAL de cada lote**.

b) Os documentos de habilitação do licitante vencedor serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, **no prazo de 3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.



Novo Portal - Licitações-e
<https://licitacoes-e2.bb.com.br/>

c) Como condição de contratação, os licitantes deverão se cadastrar junto ao CAF – Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia e junto ao SEI Bahia – Sistema Eletrônico de Informações. Recomenda-se que os interessados no certame realizem suas inscrições ou verifiquem a situação de seus registros através dos canais abaixo:



<https://cadastrodefornecedores.saeb.ba.gov.br/>



<http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/pagina-acesso-externo>

EDITAL

() Contratação delegada

ESTRUTURAÇÃO DO EDITAL

I – Parte Invariável, tendo como componentes:

- a) Preâmbulo;
- b) Rito Procedimental;
- c) Formulários de documentos;
 - 1. Modelo de procuração
 - 2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
- d) Seção do Sistema de Registro de Preços - SRP:
 - 1. Especificações do SRP;
 - 2. Minuta da Ata de Registro de Preços;

II – Parte Variável, tendo como componentes:

- a) Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação);
- b) Minuta de contrato.

PREÂMBULO

1. Regência legal

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei n.º 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, bem como do Decreto n.º 22.885, de 20 de junho de 2024, do Decreto n.º 22.888, de 26 de junho de 2024, e, na hipótese do Sistema de Registro de Preços, o Decreto n.º 23.657, de 9 de maio de 2025, e respectivas alterações.

2. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB

Objeto: Aquisição de equipamentos para apoio às atividades investigativas da Polícia Civil (câmeras de ação, rastreadores e kits de desobstrução)

		67.20.00.00175703-
		2
67.20		
Famílias:	63.50	Códigos: 63.50.20.00019244-
		9
42.40		
		42.40.20.00016574-
		3

3.1 Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia /SAEB

Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, inscritos ou não no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

3.2 Tratamento diferenciado e simplificado (ME e EPP)

- Ampla Participação
 - Aquisições
 - Sem reserva de cota
 - Com reserva de cota

3.2.1 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverá ser observado o disposto no item "3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO" do Rito Procedimental.

3.3 Consórcio

3.3.1 A definição quanto à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observará o disposto no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4. Processo administrativo - Órgão/entidade e setor: 012.18211.2025.0054136-83 - SSP/GAB/DG

5. Modalidade/número de ordem

- Pregão eletrônico n.º DG 049/2025

6. Modo de disputa

- Aberto
- Aberto e fechado
- Fechado e aberto

7. Intervalo mínimo de diferença entre lances (degrau de valor ou percentual):

- Sim (conforme orçamento estimado em planilha constante do TR/Habilitação)
- Não

8. Critério de julgamento:

- Menor Preço
 - Por item
 - Por lote
 - Global
- Maior Desconto
 - preço global fixado
 - tabela de preços praticada no mercado
 - itens do orçamento de referência
 - (aplicação linear)

9. Ordem de fases da licitação:

Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedirá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme **ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes**, na forma do §1.º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10. Agendamento da vistoria, quando exigível no TR:

Responsável pelo agendamento de vistoria:

Servidor Responsável:

Endereço:

Horário: Tel.: e-mail:

11. Meio de acesso à íntegra do edital:

11.1 Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), portal Comprasnet.BA e <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

12. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>

Recebimento das propostas: das 8 horas do dia 18/12/2025, às 10 horas do dia 13/01/2026

Início da sessão pública: **às 10 horas do dia 13/01/2025**

13. Impugnação e pedido de esclarecimento:

13.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (e-mail): <dg.licitacao@ssp.ba.gov.br>.

14. Disponibilização de vista dos autos:

14.1 O licitante deverá solicitar o acesso aos autos, o qual será concedido por meio de envio de *link* para o correio eletrônico (e-mail).

15. Controle prévio de legalidade ou dispensa de análise jurídica individualizada

() Declaro que o controle prévio do processo licitatório foi realizado pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o Parecer no /20__ de ___/___/20__

(**x**) Declaro que a análise jurídica individualizada do processo licitatório está dispensada, nos termos do art. 19, §1º, da Lei nº 14.634/2023, conforme autorização constante do ato abaixo, tendo sido utilizadas as **minutas previamente padronizadas** e divulgadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, **sem** alteração de suas cláusulas:

Portaria PGE n.º 036/2024 Art. 1.º, *caput*, c/c Anexo I, item 1

L i n k das minutas: <https://www.ba.gov.br/pge/biblioteca-documentos/minutas-padronizadas-de-licitacoes-e-contratos-lei-no-141332021-e-lei-no> Data de *download*: 14/11/2025

16. Responsável pela consolidação das informações, componentes e anexos na minuta de edital, e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação: André Abreu de Oliveira - 1.º Sgt PM, Portaria n.º 151 de 25 de julho de 2025, publicada no DOE em 26 de julho de 2025.

Endereço: 4.ª Avenida, 430, CAB, 3.º andar, Salvador/BA CEP 41.745-002

Horário: 8h30 às 18 horas Tel.: (71) 3115-1877/1907/1950/1834 E-mail:

dg.licitacao@ssp.ba.gov.br

Salvador,

Assinatura/matrícula: *conforme assinatura eletrônica.*

1. DIRETRIZES

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso de pregão, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

- a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e
- c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem a proposta e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO

2.1 A realização da licitação pelo critério do menor preço ou maior desconto observará as seguintes fases sucessivas: a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 O site, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nas alíneas “b” e “c” do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10 As vedações de que tratam a alínea “h” do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4.º da Lei Federal n.º 14.133/2021)

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Aquisição com reserva de cotas

3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:

3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar n.º 123/06.

3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.12.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.12.6. Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.

4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento da proposta, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;
- c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas “b” e “e” do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:

- a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;
- b) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

- c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.3.2 Nos preços formulados deverão estar incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal licitante, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4.3.3 A declaração firmada em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

4.3.3.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4.º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea “a” deste subitem.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de

controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Com a apresentação da proposta, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.

5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.

5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C, inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES

Sessão pública

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.

Lances

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por

meio de sistema eletrônico.

6.3 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador “robô”.

6.4 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 6.3, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).

6.7.1. O degrau deverá ser aquele indicado no TR/Habilitação.

6.8 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.9 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

6.13 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.

6.14 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Modo de disputa “aberto”

6.15 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.15.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.15.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.5 Após o reinício previsto no subitem 6.15.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Modo de disputa “aberto e fechado”

6.16 No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 6.16.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.3 No procedimento de que trata o subitem 6.16.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

Modo de disputa “fechado e aberto”

6.17 No modo de disputa “fechado e aberto” somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 6.17, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.17.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17.6 Após o reinício previsto no subitem 6.17.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

Empate ficto

6.18 Em relação aos itens de ampla participação, será observado o que se segue:

6.18.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.2 Nas condições do subitem 6.18.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

6.18.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 6.18.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.

6.18.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

6.18.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

Empate real

6.19 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.

6.19.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas “c” e “d” deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

6.19.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e

serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.19.4 Se, após observados os subitens 6.19.2 e 6.19.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

Sorteio em ato público

6.20 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.

6.20.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

6.20.1.1 Na hipótese do subitem 6.20.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.20.1.2 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

Chat para troca de mensagens

6.21 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação

6.22 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

6.23 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

6.24 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.

6.24.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

6.24.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

6.25 Se, em decorrência da verificação a que se refere este item 6, o licitante for excluído do certame, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma deste edital, e

assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

7. Readequação da proposta e providências antecedentes à fase de julgamento

7.1 Por meio do chat, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.

7.1.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de 3 (três) horas para envio dos documentos referidos neste subitem.

7.1.2 O prazo definido no subitem 7.1.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de sua conclusão.

7.1.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.

7.1.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.

7.1.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

7.1.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet.

7.1.8 O não envio de qualquer dos documentos de que trata este subitem 7.1 no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações do objeto.

Compatibilidade do preço

8.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.2.1.1 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada

em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2.1.2 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º).

8.2.3 Se houver indício de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.2.3.1. Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

Aferição do atendimento às especificações do objeto

8.3 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.4 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.3 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.4.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto.

8.4.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.4.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.4.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.4.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.4.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.4.2.

8.4.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta

8.5 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.5.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta

8.6 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).

Desclassificação da proposta

8.7 Será desclassificada a proposta que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida nos itens 6 a 8, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

Do Encerramento da Fase de Julgamento

8.9 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.

8.10 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Microempresas e empresas de pequeno porte

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.

Empresas estrangeiras

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Consórcio de empresas

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Processamento da habilitação

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá

em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Exceção-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no "chat" do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.

Documentos complementares à habilitação

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.

10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos

10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.

10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.

10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

Inabilitação

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

Encerramento da fase de Habilitação

10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.

10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.

11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último

dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.

11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024 e a oitiva, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12

11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e no <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

12. FASE RECURSAL

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:

12.2.1 Recurso:

- a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;
- b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.

12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.

12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no chat.

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.

12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.1.5 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.

13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

14. CONTRATAÇÃO

Convocação para assinatura

14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no TR/Habilitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.

14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.

14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br ou através do link disponibilizado www.comprasnet.ba.gov.br.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A negociação a que se refere a alínea "a" do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

Recusa

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.

14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 14.4, **exceto** se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 47 da Lei nº 14.634/2023).

15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e

às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da **Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP**, os quais prevalecerão em caso de conflito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.

17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209/2011 e no Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei nº 14.634/2023).

17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

18. FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal n.º 14.133/2021.

FORMULÁRIO DE DOCUMENTOS

1. Modelo de procuração
2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4.º, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021)

MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade no, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

MODELO DE DECLARAÇÃO POR ME E EPP DE LIMITAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

(ART. 4.º, §2.º, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021)

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de **[Identificação completa do licitante]**, doravante denominado Licitante, para fins de participação na licitação/contratação direta acima identificada, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, não ter celebrado, no ano calendário da realização da licitação/contratação direta, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Documento assinado eletronicamente por **André Abreu de Oliveira, Sargento**, em 16/12/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00127613775** e o código CRC **E1207C43**.

Referência: Processo nº 012.18211.2025.0054136-83

SEI nº 00127613775



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA-PCBA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE BENS USUAIS

(x) CONTRATAÇÃO DELEGADA

(x) LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 012.18211.2025.0054136-83)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto: Aquisição de equipamentos para apoio as atividades investigativas da Polícia Civil, tais como: câmeras de ação, rastreadores e kits desobstrução.

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observado o disposto na tabela abaixo.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
Ampla	1	67.20.00.00175703-2	CÂMERA, de ação devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio com processador GP2 resolução de vídeo de 5,3K60+4K120+ fotos de 23 megapixels, à prova d'água;	un	56	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única
Reserva de quota nos parâmetros do Art. 48, Inciso III, da Lei Complementar nº 123/06	2	67.20.00.00175703-2	CÂMERA, de ação devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio com processador GP2 resolução de vídeo de 5,3K60+4K120+ fotos de 23 megapixels, à prova d'água;	Un	19	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única
Ampla participação	3	63.50.20.00019244-9	RASTREADOR, portátil em tempo real, modo ativo/standby automatico, SMS Google Link por chamada perdida, cerca eletrônica em qualquer formato, resistente a água, nível IP65,.	Un	75	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única
Reserva de quota nos parâmetros do Art. 48, Inciso III, da Lei Complementar nº 123/0	4	63.50.20.00019244-9	RASTREADOR, portátil em tempo real, modo ativo/standby automatico, SMS Google Link por chamada perdida, cerca eletrônica em qualquer formato, resistente a água, nível IP65,...	Un	25	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única

Ampla participação	5	42.40.20.00016574-3	KIT desobstrução para uso policial mochila preta com peso total de 20kg e o tamanho de 60cm, contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca).	Un	60	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única
Reserva de quota nos parâmetros do Art. 48, Inciso III, da Lei Complementar nº 123/0	6	42.40.20.00016574-3	KIT desobstrução para uso policial mochila preta com peso total de 20kg e o tamanho de 60cm, contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca).	Un	20	90 dias a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, em entrega única

1.1.2 As especificações do objeto constam da descrição abaixo:

RASTREADOR PORTÁTIL

Aparelho discreto sem qualquer indicador LED externo;

Deverá haver a indicação de 3 LEDs internos demonstrando o estado da bateria, sinal GPS e sinal GSM, ocultos a visão externa;

Portátil em tempo real;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para detecção de movimento quando o rastreador sair do modo de hibernação por ter sido movimentado;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento no caso do rastreador ser removido da superfície em que estava colado pela base magnética;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para baixo nível de bateria;

Bateria interna recarregável de no mínimo 7500mAh/3.7v que possibilite ao rastreador funcionar de forma ativa ininterrupta (localização GPS válida e enviando posição continuamente para o servidor a cada 1 minuto) por pelo menos 5 dias (120 horas).

Deverá possuir resistência a água e poeira nível IP65;

Cercas eletrônicas com registro de entrada e saída;

Sensor de luminosidade para mudanças brusca do nível de luz (remoção do local de fixação);

Deverá possuir tamanho máximo 110 x 80 x 30mm;

Deverá possuir peso máximo 300g;

Preferencialmente feito a caixa externa plástico ABS de alto impacto, preto fosco sem marcações (máxima discricção) ou de material de maior resistência;

Deverá possuir imã interno tipo N52H ou de superior capacidade magnética, com poder atrativo vertical em relação à superfície de adesão de no mínimo 15Kg;

Entrada de recarga Micro-USB;

5VDC máximo 1A;

Deverá possuir módulo GNSS com antena interna que utilize simultaneamente pelo menos dois sistemas globais de posicionamento por satélite, podendo ser esses GPS, Galileo, Glonass e Beidou;

Módulo GNSS com pelo menos 80 canais paralelos e sensibilidade mínima de -165dBm em posicionamento, com erro horizontal máximo de 10 metros em área de céu aberto;

Comunicação principal de dados através de modem GSM com antena interna e compatível com SIM Card de qualquer operadora do país ou do exterior, inclusive os multioperadora, utilizando tecnologia 4G e mais uma tecnologia de backup, podendo ser 3G ou 2G, para dar cobertura em locais onde não há cobertura 4G. Alternativamente deverá ser capaz de receber comandos e enviar posições por SMS, sob demanda.

As posições eventualmente enviadas por SMS deverão ser no formato de link do Google Maps que facilite a visualização ao clicar no link.

A requisição de posições por SMS deverá ser feita por SMS e por chamada de voz para o número do chip utilizado no rastreador.

Possibilidade de abertura automática de escuta remota ao se realizar uma ligação para o número do SIM card do rastreador.

Plataforma de rastreamento em Português do Brasil, instalada pelo fornecedor em servidor disponibilizado pelo licitante, localizado em sua sede. O fornecimento do sistema operacional, sistema de banco de dados e chaves de mapas online necessários será feito pelo licitante. Uma vez instalada a plataforma de rastreamento deverá ser totalmente independente, não devendo ter qualquer ligação lógica com sistemas do fornecedor. A plataforma deverá ser comprovadamente de domínio técnico do fornecedor, de empresa do seu grupo empresarial ou de empresa terceira desde que haja contrato formalizado;

A plataforma de rastreamento deverá apresentar, além das posições dos rastreadores cadastrados, deverá apresentar a posição dos usuários quando estiverem logados na plataforma;

Sensor de movimento ou acelerômetro interno que possibilite ao equipamento funcionar em pelo menos dois regimes distintos: quando em movimento, envio constante de posições dentro do intervalo de tempo programado; quando estático, modo de hibernação com envio de posições em intervalos de no mínimo uma hora;

Capacidade de armazenamento interno de pelo menos 5.000 posições que não sejam enviadas para o servidor quando o equipamento perder sinal GSM. Esses dados não deverão se perder caso o equipamento seja desligado (memória não volátil). Tão logo houver sinal

GSM, o equipamento deverá automaticamente descarregar as posições armazenadas, sem prejuízo do envio das posições em tempo real;

As configurações do equipamento deverão poder ser realizadas remotamente via plataforma de rastreamento web e via SMS;

A documentação, softwares e acessórios necessários à configuração completa do equipamento deverão ser fornecidos ao licitante;

O equipamento deverá ter homologação ANATEL válida;

Em caso de fornecedor não titular do certificado de homologação da ANATEL, deverá este apresentar acordo comercial com o fabricante, de forma a garantir a execução do contrato e conforme previsto nos Art. 64 a 67 da Resolução ANATEL Nº 715, de 23/10/2019;

Deverá possuir Microfone (para escuta ambiente);

Liga/Desliga pela inserção e remoção do SIM Card.

Prazo de garantia mínimo para os equipamentos de 12 (doze) meses.

Aparelho discreto sem qualquer indicador LED externo;

Deverá haver a indicação de 3 LEDs internos demonstrando o estado da bateria, sinal GPS e sinal GSM, ocultos a visão externa;

Portátil em tempo real;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para detecção de movimento quando o rastreador sair do modo de hibernação por ter sido movimentado;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento no caso do rastreador ser removido da superfície em que estava colado pela base magnética;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para baixo nível de bateria;

Bateria interna recarregável de no mínimo 7500mAh/3.7v que possibilite ao rastreador funcionar de forma ativa ininterrupta (localização GPS válida e enviando posição continuamente para o servidor a cada 1 minuto) por pelo menos 5 dias (120 horas).

Deverá possuir resistência a água e poeira nível IP65;

Cercas eletrônicas com registro de entrada e saída;

Sensor de luminosidade para mudanças brusca do nível de luz (remoção do local de fixação);

Deverá possuir tamanho máximo 110 x 80 x 30mm;

Deverá possuir peso máximo 300g;

Preferencialmente feito a caixa externa plástico ABS de alto impacto, preto fosco sem marcações (máxima discrição) ou de material de maior resistência;

Deverá possuir ímã interno tipo N52H ou de superior capacidade magnética, com poder atrativo vertical em relação à superfície de adesão de no mínimo 15Kg;

Entrada de recarga Micro-USB;

5VDC máximo 1A;

Deverá possuir módulo GNSS com antena interna que utilize simultaneamente pelo menos dois sistemas globais de posicionamento por satélite, podendo ser esses GPS, Galileo, Glonass e Beidou;

Módulo GNSS com pelo menos 80 canais paralelos e sensibilidade mínima de -165dBm em posicionamento, com erro horizontal máximo de 10 metros em área de céu aberto;

Comunicação principal de dados através de modem GSM com antena interna e compatível com SIM Card de qualquer operadora do país ou do exterior, inclusive os multioperadora, utilizando tecnologia 4G e mais uma tecnologia de backup, podendo ser 3G ou 2G, para dar cobertura em locais onde não há cobertura 4G. Alternativamente deverá ser capaz de receber comandos e enviar posições por SMS, sob demanda.

As posições eventualmente enviadas por SMS deverão ser no formato de link do Google Maps que facilite a visualização ao clicar no link.

A requisição de posições por SMS deverá ser feita por SMS e por chamada de voz para o número do chip utilizado no rastreador.

Possibilidade de abertura automática de escuta remota ao se realizar uma ligação para o número do SIM card do rastreador.

Plataforma de rastreamento em Português do Brasil, instalada pelo fornecedor em servidor disponibilizado pelo licitante, localizado em sua sede. O fornecimento do sistema operacional, sistema de banco de dados e chaves de mapas online necessários será feito pelo licitante. Uma vez instalada a plataforma de rastreamento deverá ser totalmente independente, não devendo ter qualquer ligação lógica com sistemas do fornecedor. A plataforma deverá ser comprovadamente de domínio técnico do fornecedor, de empresa do seu grupo empresarial ou de empresa terceira desde que haja contrato formalizado;

A plataforma de rastreamento deverá apresentar, além das posições dos rastreadores cadastrados, deverá apresentar a posição dos usuários quando estiverem logados na plataforma;

Sensor de movimento ou acelerômetro interno que possibilite ao equipamento funcionar em pelo menos dois regimes distintos: quando em movimento, envio constante de posições dentro do intervalo de tempo programado; quando estático, modo de hibernação com envio de posições em intervalos de no mínimo uma hora;

Capacidade de armazenamento interno de pelo menos 5.000 posições que não sejam enviadas para o servidor quando o equipamento perder sinal GSM. Esses dados não deverão se perder caso o equipamento seja desligado (memória não volátil). Tão logo houver sinal GSM, o equipamento deverá automaticamente descarregar as posições armazenadas, sem prejuízo do envio das posições em tempo real;

As configurações do equipamento deverão poder ser realizadas remotamente via plataforma de rastreamento web e via SMS;

A documentação, softwares e acessórios necessários à configuração completa do equipamento deverão ser fornecidos ao licitante;

O equipamento deverá ter homologação ANATEL válida;

Em caso de fornecedor não titular do certificado de homologação da ANATEL, deverá este apresentar acordo comercial com o fabricante, de forma a garantir a execução do contrato e conforme previsto nos Art. 64 a 67 da Resolução ANATEL Nº 715, de 23/10/2019;

Deverá possuir Microfone (para escuta ambiente);

Liga/Desliga pela inserção e remoção do SIM Card.

CÂMERA DE AÇÃO (acessórios):

alta velocidade e facilidade no manuseio, com processador GP2, Resolução de vídeo de 5,3K60 + 4K120 + fotos de 23 megapixels, À prova d'água a até 10 m + resistência; envio automático de fotos e vídeos para a nuvem enquanto sua câmera carrega; TimeWarp 3.0,

Câmera 8x mais lenta; Compatível com o aplicativo Quik; Deverá ser compatível com suportes e acessórios vendidos no mercado. FUNÇÕES: Capaz de capturar vídeos com mínimo de 5,3k, tirar fotos no mínimo 23 MP, possuir desempenho em condições de baixa luminosidade e estabilização de vídeo HyperSmooth 4.0. ACESSÓRIOS: Inclui cartão SD 64GB; suporte de cabeça e capacete; conjunto: mínimo de 1 (um) suporte curvo e mínimo 1 (um) suporte reto com adesivos; suporte peitoral. Bateria reserva recarregável; suporte tripla ventosa; caixa protetora. DETALHES: Luz de status; botão de obturador; sensor de 23,6 MP; microfone; dreno de microfone (para drenar água); hastes dobráveis; tela LCD frontal com visualização ao vivo; Altura máximo 50.8mm, comprimento máximo de 71.8mm largura máxima de 33.6mm ; botão modo; tela de toque, entrada para cartão SD; trava de porta, porta USB-C; bateria interna; alto falante.

KIT DESOBSTRUÇÃO

MOCHILA:

Deve ser desenvolvida e construída exclusivamente para o serviço policial, facilitando o acondicionamento e transporte das ferramentas de arrombamento, leve e compacta. - Leve, porém extremamente resistente e compacta, construída no mínimo em nylon 1000D (Cordura®) resinado, totalmente impermeável e resistente a hidrólise, a mochila deve encaixar- ao corpo do policial; - Possuir alças em formato de S, com regulagem de altura; - Possuir sistema de ajuste de cintura, ombros e ajuste peitoral; - Possuir 3 (três) bolsos distintos, destinados ao encaixe e acondicionamento de cada ferramenta, tendo o bolso central destinado a ferramenta mais pesada, no caso a ariete; - As ferramentas devem estar protegidas por 2 (duas) abas de nylon 1000D (CORDURA®), que ajudam na fixação e estabilização das ferramentas e que cubram totalmente os equipamentos. - As abas devem ter fechamento através de velcro; - As costuras da mochila devem ser do tipo eletrônicas com fio de nylon n 40.

CARACTERÍSTICAS DA MOCHILA
Peso: 1kg;
Cor: Preta;
Mínimo aceitável - tecido: nylon 1000D/poliamida 6.6;
Fitas: Polímero (Polietileno Tereftalato);
Fio: nylon n 40.Carga de ruptura mínima 50kg.

Ferramentas:

- **Um ariete tactical:** de uso exclusivo para o serviço policial, deve ser compatível com a mochila, construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento na cor preta, possuir nas extremidades ponteiros de nylon fixadas e travadas. O tamanho e o peso determinado para fornecer mais de 300kg de força cinética. Deve possuir neutralização de rebote, com alça em borracha especial de alta tenacidade que pode ser utilizada na temperatura de -20 a 90 graus celsius, semi-flexíveis, posicionadas e travadas na longitudinal do tubo, a alça emborrachada deve fornecer boa aderência mesmo utilizando luvas, molhadas ou em contato com óleo ou sangue. As ponteiros de nylon e o emborrachamento das alças devem tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo 50.000V - (50KV) não condutivo e anti-fagulha. Tamanho:50 cm; Diâmetro do tubo: 11,5cm; Diâmetro da alça: 2,54cm; Peso máximo: 10 kg.Cor: Preta.

- **Um alicate corta fio - tactical:** Deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial deve ser compatível com a mochila, deve ser construído em aço cromo e molibbdênio (Cr-Mo), possuir maior dureza e resistência ao desgaste das laminas, ser usinado com cortes e medidas precisas com acabamentona cor preta. Deve ter força suficiente para cortar correntes, barras, estruturas metálicas e cadeados com dureza até 50 HRC (escala Rockwell) ou seja, capacidade máxima de corte de 5/16 ou 8 mm, possuir parafuso na parte lateral para ajuste das pinças. Possuir empunhaduras em nylon e aplicação em fibra de vidro para proteger o operador e tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo 50.000V - (50KV) e não condutivo. Deve fornecer ainda boa aderência mesmo utilizando luvas, molhado ou em contato com óleo ou sangue. Tamanho:60 cm; Capacidade de corte: 5/16 ou 8 mm; Peso máximo: 3kg; Cor: Preta.

- **Uma alavanca - tactical:** A alavanca (halligan) devera ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial e compatível com a mochila. construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento em pintura epoxi. Deve fornecer força suficiente para romper obstáculos, expandir resistências e abrir portas com sentido de abertura de dentro para fora. Deve conter um quebrador de vidros ou perfurador, uma cunha de expansão e outra de tração. As empunhaduras devem ser em nylon com guarda nas duas direções e a aplicação de fibra de vidro deve proteger o operador tornando o equipamento isolado eletricamente ate 50.000V - (50KV) e não ser condutivo. Deve fornecer boa aderência mesmo utilizando luvas, molhado, em contato com óleo ou sangue. Tamanho: 60 cm; Diâmetro: 3,5cm; Peso Maximo: 4 kg; Cor: Preta.

Descritivo kit desobstrução de uso policial:

O KIT desobstrução deve conter equipamentos e acessórios fortes, confiáveis, testados e aprovados por profissionais capacitados atendendo as necessidades básicas para segurança do operador. O kit desobstrução deve ser desenvolvido exclusivamente para o uso policial e funcional, baseado nas necessidades operacionais básicas, destacando-se as principais ferramentas para desobstrução tática, facilitando o transporte e o acesso aos equipamentos, permitindo uma maior área de aplicação, possibilitando o uso em obstáculos de média resistência sendo ideal para operações rápidas em condições extremas.

COMPOSIÇÃO:

Mochila de transporte, Ariete, Alicate, Alavanca.

MOCHILA:

A mochila de transporte deve ter seu desenvolvimento exclusivo para serviço policial, especialmente desenvolvida para o acondicionamento e transporte de equipamentos (ferramentas) de arrombamento, deve ser leve, porém extremamente resistente e compacta, facilitando o acondicionamento e transporte das ferramentas de arrombamento, leve e compacto. Deverá ser construída no mínimo em nylon 1000D (Cordura®), o nylon deverá ser resinado, totalmente impermeável e resistente à hidrólise. Deve oferecer maior durabilidade e conforto para todos os climas, deve repelir o vento e a chuva e costuradas em nylon número 40. Possuir uma estrutura interna pré- moldada em EVA, leve e flexível, fornecer sustentação a mochila e manter a curvatura natural das costas, garantindo que as ferramentas fiquem distantes do corpo e sem atrapalhar a mobilidade do operador. Deve possuir uma estrutura interna pré-moldado flexível e leve que dará estrutura a mochila mantendo a curvatura normal das costas, mantendo as ferramentas distantes do corpo do operador. A mochila deve encaixar-se perfeitamente, mantendo a estrutura e não atrapalhando a mobilidade do usuário. As costuras devem ser do tipo eletrônicas com fio de nylon nº 40. Possuir alças em formato de "S", anatômicas e confortáveis, as alças devem possuir regulagem de altura e outras, proporcionando um encaixe perfeito independente da altura do operador. Possuir diversos tipos de

regulagens para que a maior parte do peso da mochila fique distribuído entre os ombros e a cintura. Possuir 3 (três) bolsos distintos, costurados diretamente a estrutura da mochila, destinados ao encaixe e acondicionamento de cada ferramenta, deve proporcionar a montagem de forma que distribua e equilibre o peso, tendo o bolso central destinado a ferramenta mais pesada, neste caso o ariete. Cada bolso de forma individual deve apresentar um sistema de ajuste e travamento da ferramenta através de fitas reguláveis de poliéster e velcro. As ferramentas devem estar protegidas por 2 (duas) abas de nylon 1000D (CORDURA®), que ajudam na fixação e estabilização das ferramentas e cobrem totalmente os equipamentos. As abas devem ter fechamento através de velcro. A mochila deve possuir sistema de ajuste de cintura, ombros e ajuste peitoral.

- Ajuste de cintura

Deve possuir abas confeccionadas em nylon 1000D (CORDURA®) acolchoadas em espuma de células fechadas e fitas de poliéster com aproximadamente 50 mm de largura e travadas por fivelas de polímero com no mínimo 2 (dois) pontos de retenção. A regulagem abdominal deve proporcionar um ajuste superior a 500 mm. Ajuste de ombros Deve possuir alças acolchoadas de aproximadamente 50 mm em espuma de células fechadas com acabamento em nylon 1000D (Cordura®), e fitas de poliéster de aproximadamente 25 mm ou 1", a mochila deve ter formato anatômico de forma que se ajuste facilmente ao contorno do corpo. Deve possuir em cada alça um elo em formato "D" em polímero para clipagem de outros equipamentos. Deve proporcionar ajuste rápido e eficaz através de um passador de polímero. O sistema de ajuste de proporcionar regulagem superior a 500 mm.

- Ajuste peitoral

Deve possuir ajuste peitoral flutuante com regulagem de altura, o sistema de ajuste deve ser através de fitas de poliéster de 25 mm ou 1" e passador em polímero, o sistema de travamento deve se dar por presilha de polímero de no mínimo 2 pontos de tenção. A regulagem peitoral deve proporcionar um ajuste superior a 20 cm. Deve apresentar a marca do produto de forma clara estampada na peça, etiquetas e embalagem de forma que facilite a comprovação de autenticidade, deve ser totalmente compatível com as ferramentas.

- Ajuste das pernas

Possui ajuste por baixo das pernas do operador de forma que a mochila somada aos outros sistemas de ajuste fique ancorada ao corpo do operador, tal ajuste se dá através de fitas de poliéster e passadores em polímero, garantindo que em atividades extremas como: corrida, rapel, subida e descida de muros a mochila não se movimente nas costas do operador.

CARACTERÍSTICAS - MOCHILA
Comprimento: 60cm;
Largura: 52cm;
Material: Nylon 1000D;
Quantidade de bolsos: 3;
Fechamento: Abas com Velcro®;

Legenda das Análises Laboratoriais que poderão ser solicitadas da mochila:

Identificação de materiais têxteis	Laudo técnico de determinação de malhas e tecido	Laudo técnico da resistência à pres são hidrostática	Laudo técnico da solidez de cor com a exposição à luz similar a radiação solar (UV + IV+ VIS) sem alteração de cor	Laudo técnico da resistência à tração de materiais têxteis	Determinação da resistência das costuras (travetes)
Espectroscopia na região do infravermelho – FTIR, conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D 276-87 (1999)	Gramatura de superfícies têxteis conforme ABNT NBR 10591/2008.	Ensaio da coluna d'água conforme ABNT NBR 12999/1993	Conforme ABNT NBR 15482/2013 Lâmpada OSRAN 400w. Baseado em ABNT NBR 15482-07	Conforme ABNT NBR 11912/2001. Mínimo aceitável na tração da trama e urdume	Conforme requisitos e métodos de ensaio descritos na norma ASTM D1683/D1683M:2011
Mínimo aceitável tecido: nylon 1000D/ poliamida 6.6. Fitas: Polímero (Polietileno Tereftalato). Fio:nylon nº40	Mínimo aceitável: 350 g/m ² - Tolerância de 5%	Mínimo aceitável: 30cm - Tolerância de 5%	Mínimo aceitável: 72horas	Carga de ruptura mínima de 150kg - Tolerância de 5%	Mínimo aceitável: Carga de ruptura mínima 50kg

Os resultados apresentados neste relatório referem-se exclusivamente aos itens ensaiados.

ARÍETE TACTICAL:

Deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial e poderá ser empregado nas mais diversas situações operacionais, deve ser compatível com a mochila do KIT desobstrução para uso policial.

Construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento na cor preta, nas extremidades devem ter posicionados ponteiros de nylon fixadas e travadas.

O tamanho e o peso determinado estrategicamente para fornecer mais de 300 kg de força cinética, força suficiente para romper portas internas e externas leves.

O ariete deve possuir neutralização de rebote ou seja, sistema de inércia suficiente para evitar qualquer tendência do efeito ação e reação, evitando que o stress do impacto possa causar qualquer tipo de desconforto ao braço do operador.

Deve possuir uma alça em borracha especial de alta tenacidade que pode ser utilizada na temperatura de -20° a 90C, semi-flexíveis, posicionadas e travadas na longitudinal do tubo a qual facilita a movimentação e ajuda absorver o stress do impacto, a alça emborrachada deve fornecer ainda boa aderência mesmo utilizando luvas, molhadas ou em contato com óleo ou sangue.

As ponteiros de nylon e o emborrachamento das alças devem tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo até 50.000V – (50KV) não condutivo e anti-fagulha.

CARACTERÍSTICAS - ARÍETE
Tamanho:50 cm
Diâmetro do tubo: 11,5cm

Diâmetro da alça:2,54cm
Peso máximo: 10 kg.
Cor: Preto.

Legenda das Análises Laboratoriais que poderão ser solicitadas do Ariete:

Laudos técnicos do isolamento elétrico das ferramentas
ABNT NBR IEC 60060-1 - 2013
Conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC-60855
Mínimo aceitável: 50.000 volts - (50KV).

Os resultados apresentados neste relatório devem referir-se exclusivamente aos itens ensaiados.

ALICATE TACTICAL (CORTA FIO):

Deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial e poderá ser empregada nas mais diversas situações operacionais, deve ser compatível com a mochila do kit desobstrução táctil.

Deve ser construído em aço cromo usinado com cortes e medidas precisas e molibdênio, (Cr-Mo), garantindo, após o tratamento térmico, uma maior dureza e resistência ao desgaste das lâminas comparados a outros alicates, com acabamento na cor preta.

O tamanho e a qualidade do aço temperado deve ser determinado estrategicamente para fornecer força suficiente para cortar correntes, barras, estruturas metálicas e cadeados com dureza até 50HRC (escala Rockwell) ou seja, capacidade máxima de corte de 5/16" ou 8mm, possuir parafuso na parte lateral para ajuste das pinças se necessário.

As empunhaduras devem ser em nylon e aplicação em fibra de vidro para proteger o operador e tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo até 50.000V – (50KV) e não condutivo. Deve fornecer ainda boa aderência mesmo utilizando luvas molhadas ou em contato com óleo ou sangue.

CARACTERÍSTICAS - ALICATE
Tamanho:60 cm ou 8mm
Capacidade de corte: 5/16"
Peso máximo:3kg.
Cor: Preto.

Legenda das Análises Laboratoriais que poderão ser solicitadas do alicate:

Laudos técnicos do isolamento elétrico das ferramentas
ABNT NBR IEC 60060-1 - 2013
Conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC-60855
Mínimo aceitável: 50.000 volts - (50KV).

Os resultados apresentados neste relatório devem referir-se exclusivamente aos itens ensaiados.

ALAVANCA – TACTICAL:

A alavanca (halligan) deverá ter seu desenvolvimento exclusiva para o serviço policial e poderá ser empregada nas mais diversas situações operacionais, compatível com a mochila KIT desobstrução.

Construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento em pintura epóxi.

O tamanho e o peso deve ser desenvolvida estrategicamente para fornecer força suficiente para romper obstáculos, expandir resistências e abrir portas com sentido de abertura de dentro para fora.

Deve o equipamento contar com um quebrador de vidros ou perfurador, uma cunha de expansão e outra de tração.

As empunhaduras devem ser em nylon com guarda nas duas direções e a aplicação de fibra de vidro devem proteger o operador e tornar o equipamento isolado eletricamente até 50.000V – (50KV) e não condutivo. Deve fornecer ainda boa aderência mesmo utilizando luvas, molhado, em contato com óleo ou sangue.

CARACTERÍSTICAS ALAVANCA
Tamanho: 60 cm
Diâmetro: 3,5cm
Peso máximo: 4 kg.
Cor: Preto.

Legenda das Análises Laboratoriais que poderão ser solicitadas da alavanca:

Laudo técnico do isolamento elétrico das ferramentas
ABNT NBR IEC 60060-1 - 2013
Conforme norma ASTM 1826, ASTM F711 e IEC-60855
Mínimo aceitável: 50.000 volts - (50KV).

1.1.2.1 As características descritas pelos licitantes devem guardar compatibilidade com as especificações exigidas neste TR, devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.

1.1.2.1.1 As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, se forem vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

() 1.1.2.1.2 As características devem ser comprovadas através de:

- (x) documentos de domínio público emitidos pelo fabricante
- (x) catálogos
- (x) manuais
- (x) fichas de especificação técnica
- () páginas da internet

1.1.2.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua regulamentação.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de 180 dias a contar da data da subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

1.4 Será reservada a cota de 25% do quantitativo licitado, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada:

(x) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Não serão definidos critérios e práticas de sustentabilidade na contratação, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este Termo de Referência, doc. 012.18211.2025.0054136-83.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

4.3 Exame de adequação do objeto (amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

4.4 Vistoria

4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

4.5 Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia

4.6.1 Garantia de proposta

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.2 Garantia da contratação

4.6.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI 012.18211.2025.0054136-83** (art. 96, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.7 Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(X) Sim

() Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este Termo de Referência, (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.8 Exigência de carta de solidariedade

4.8.1 Não será exigida carta de solidariedade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de entrega

5.1.1 Os bens serão entregues de uma única vez, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura da data da Assinatura da Autorização de Fornecimento de Material (AFM).

5.2 Local da entrega

5.2.1 As especificações do endereço para entrega do objeto constam da descrição abaixo:

5.2.1.1 Endereço: Praça da Piedade, nº S/N, Dois de Julho, Salvador, BA, CEP: 40020-520. *Edifício Sede da Polícia Civil – Centro, 3º andar. Departamento de Infraestrutura e Logística - Coordenação de Patrimônio.*

5.3 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1 O prazo legal de garantia será de **30 (trinta)** dias, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, e de **90 (noventa)** dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis (art. 26, incs. I e II, do CDC), contado a partir da entrega efetiva do produto.

5.3.1.1 Deverá ser acrescido ao prazo legal de garantia, a garantia contratual técnica de **(doze) meses**, contados a partir da entrega efetiva do produto.

5.3.1.2 A garantia contratual técnica é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito (art. 50 do CDC).

5.3.1.3 O termo de garantia contratual técnica ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer de maneira adequada e clara:

- a) em que consiste a garantia;
- b) a forma, o prazo e o lugar em que pode ser executada;
- c) os ônus a cargo do contratante da garantia.

5.3.1.4 O termo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela contratada, devidamente preenchido, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática e com ilustrações (art. 50, parágrafo único, do CDC).

5.3.1.5 A garantia será prestada com o propósito de manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.1.6 A garantia contratual técnica, quando exigida, abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.1.6.1 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.2 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia legal ou contratual técnica deverão ser substituídas por outras originais, adequadas e novas, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.2.1 Uma vez intimada, a contratada realizará, conforme o tipo de garantia, a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do termo final definido pela Administração para a retirada do equipamento das suas dependências.

5.3.2.2 A contratada, por si ou por meio da assistência técnica autorizada, deverá retirar o equipamento das dependências da Administração no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**.

5.3.2.3 Os prazos indicados nos subitens 5.3.2.1 e 5.3.2.2 poderão, durante o seu transcurso, ser prorrogados uma única vez, por até **03 (três) dias úteis**, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo Contratante.

5.3.2.4 Na hipótese desse subitem 5.3.2, a contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.2.5 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso dos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.3 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia legal ou contratual técnica será de responsabilidade da contratada.

5.3.4 A garantia legal ou contratual técnica tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência contratual, permitindo eventual aplicação de penalidades, mesmo depois de expirado este último prazo, em caso de descumprimento de alguma de suas condições.

5.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.

5.4.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

5.4.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

5.4.3 O licitante deverá anexar junto à sua proposta declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

5.4.4 Tratando-se de aquisições de bens, o licitante deverá:

5.4.4.1 Informar, por ocasião do envio da proposta readequada ao último lance ofertado:

(x) a marca

(x) o prazo de garantia

(x) o modelo

(x) a referência

(x) o tipo

5.4.4.1.1 o não preenchimento das informações implicará na não admissão da proposta, face a ausência de informação suficiente para classificação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual nº 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

6.5.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, **por até 05 (cinco) dias úteis**, a critério do Contratante.

6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1 Recebimento provisório

7.1.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ([art. 140, §1º](#) da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este Termo de Referência como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.

7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.2 Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento **definitivo** ocorrerá no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (art. 140, inciso II, "b" da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por até **10 (dez) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.2.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

7.3 PAGAMENTO

7.3.1 Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

7.3.2 Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção da proposta será feita em procedimento de:

(x) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento

(x) Menor Preço

8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

- a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
 - b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
 - d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
 - e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.
 - f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - c) prova de regularidade com a Fazenda (x) Estadual/Distrital (x) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;
 - c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
 - e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.2.1.2.1As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

(x) exigível

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

- b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Nota: a comprovação do patrimônio líquido mínimo de que trata o subitem “b.1” deverá ser feita considerando, como base de cálculo, o valor estimado da contratação fixado pela Administração e não o valor final da proposta apresentada pelo licitante.

- b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.
- b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos,

com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante(art. 69, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.3.2 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 30 % (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais;

8.2.1.4 Qualificação Técnica

- a) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, se for o caso (art. 67, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.4.1 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:

8.2.1.4.1.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

8.3 Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado(art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 889.116,60 (oitocentos e oitenta e nove mil cento e dezesseis reais e sessenta centavos), conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global abaixo, os quais correspondem ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento(UF)	Quant	Valor Unitário	Valor Total	DEGRAU
--------------------------------	-----------	---------------	-----------	-----------------------------	-------	----------------	-------------	--------

Ampla participação	1	67.20.00.00175703-2	CÂMERA, de ação devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio com processador GP2 resolução de vídeo de 5,3K60+4K120+ fotos de 23 megapixels, à prova d'água	Un.	56	R\$3.526,64	R\$197.491,84	0,5%
Cota Reservada	2	67.20.00.00175703-2	CÂMERA, de ação devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio com processador GP2 resolução de vídeo de 5,3K60+4K120+ fotos de 23 megapixels, à prova d'água	Un.	19	R\$3.526,64	R\$67.006,16	0,5%
Ampla participação	3	63.50.20.00019244-9	RASTREADOR, portátil em tempo real, modo ativo/standby automatico, SMS Google Link por chamada perdida, cerca eletrônica em qualquer formato, resistente a água, nível IP65,...	Un.	75	R\$962,33	R\$72.147,75	0,5%
Cota Reservada	4	63.50.20.00019244-9	RASTREADOR, portátil em tempo real, modo ativo/standby automatico, SMS Google Link por chamada perdida, cerca eletrônica em qualquer formato, resistente a água, nível IP65,...	Un.	25	R\$962,33	R\$24.058,25	0,5%
Ampla participação	5	42.40.20.00016574-3	KIT desobstrução para uso policial mochila preta com peso total de 20kg e o tamanho de 60cm, contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca).	Un.	60	R\$6.604,81	R\$396.288,60	0,5%

Cota Reservada	6	42.40.20.00016574-3	KIT desobstrução para uso policial mochila preta com peso total de 20kg e o tamanho de 60cm, contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca).	Un.	20	R\$6.604,81	R\$132.096,20	0,5%
TOTAL GLOBAL						R\$ 889.116,60		

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e, quando elaborada a matriz de risco, a sua alocação entre contratante e contratada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a serem indicados pela Diretoria Geral da Secretaria de Segurança Pública.

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de **10 (dez) dias úteis**.

11.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

12. ANEXOS INTEGRANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- (x) Modelo de descrição de proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta;
- (x) Modelos de prova de qualificação técnica:
- (x) Declaração de pleno conhecimento, sem exigência de vistoria

ANEXO

MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

LOTE /ITEM	DESCRIÇÃO			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)				R\$

VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)	R\$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	() DIAS [≥60]

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de [Identificação completa do licitante], doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
- (f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; e
- (g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO
MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



Documento assinado eletronicamente por **Lélia Giselle Cruz Paiva, Coordenador I**, em 10/11/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00126902505** e o código CRC **529A0391**.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas do documento

Número do processo administrativo [012.18211.2025.0054136-83]

2. Necessidade

2.1. Descrição da necessidade

A Polícia Civil do Estado da Bahia, órgão autônomo e permanente do Poder Público, integrante da estrutura da Secretaria da Segurança Pública – SSP, exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária, ressalvadas as competências da União, cabendo-lhe, ainda, a repressão qualificada à criminalidade, por meio de ações investigativas especializadas e estratégicas.

Nesse contexto, o pleno exercício das atribuições institucionais demanda a disponibilização de recursos materiais adequados, padronizados e compatíveis com a complexidade das atividades desempenhadas. O uso de equipamentos específicos para a atividade investigativa é essencial à conformidade com normas operacionais, protocolos de segurança e boas práticas em investigação criminal.

Um dos principais desafios enfrentados pela Polícia Civil da Bahia reside na elevação da taxa de elucidação de crimes. Esse objetivo passa, necessariamente, pelo fortalecimento das capacidades operacionais das Delegacias Territoriais e unidades especializadas, as quais desempenham papel central na produção da prova material, instauração e conclusão de inquéritos policiais. Para tanto, torna-se imprescindível o investimento contínuo na modernização tecnológica dos serviços de investigação, inteligência e gestão da informação.

Atualmente, a Instituição conta com 529 (quinhentas e vinte e nove) unidades operacionais distribuídas em todo o Estado, muitas das quais enfrentam limitações estruturais e carecem de equipamentos fundamentais ao exercício eficiente da atividade policial. Diante disso, no âmbito do Programa de Modernização da Investigação Criminal, propõe-se a aquisição de equipamentos estratégicos — a exemplo de câmeras de ação, rastreadores veiculares e kits de desobstrução — com vistas a dotar essas unidades de melhores condições técnicas e operacionais

Cabe mencionar que a disponibilização desses equipamentos constitui investimento estratégico para a elevação da capacidade operacional da Polícia Civil da Bahia, proporcionando melhores condições para o exercício da investigação criminal e o enfrentamento qualificado da criminalidade, uma vez que, ao promover a modernização das unidades operacionais, a Instituição reforça seu compromisso com a eficiência, a legalidade e a proteção da sociedade baiana.

CÂMERA DE AÇÃO E RASTREADOR:

As câmeras de ação e os rastreadores veiculares são instrumentos de alta relevância para a produção de provas e o acompanhamento técnico de diligências e operações policiais. Sua utilização permite o registro contínuo e seguro de imagens e sons, o monitoramento em tempo real de alvos e veículos, bem como a análise posterior de condutas e ambientes de interesse investigativo.

No enfrentamento às organizações criminosas, esses recursos se mostram essenciais para a compreensão da dinâmica de atuação dos grupos criminosos e da interação entre seus membros, subsidiando ações cirúrgicas e com maior grau de sucesso. Além disso, são equipamentos modernos, de elevada durabilidade e custo-benefício, que otimizam tempo, reduzem riscos operacionais e aumentam a eficácia das investigações.

A adoção desses dispositivos contribui diretamente para a qualificação técnica das atividades investigativas e para

a conformação de procedimentos de polícia judiciária mais robustos, capazes de sustentar ações penais consistentes e reduzir a impunidade.

KIT DESOBSTRUÇÃO:

A aquisição de kits de desobstrução visa ampliar a capacidade de resposta das equipes policiais em operações táticas e no cumprimento de mandados judiciais, sobretudo em cenários que demandem o acesso forçado a imóveis, veículos ou compartimentos trancados. Trata-se de ferramenta de uso especializado, integrante do conjunto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), desenvolvida para permitir a abertura segura e eficaz de passagens ou barreiras físicas.

Além de aprimorar a eficiência das ações operacionais, o uso correto desses equipamentos proporciona maior segurança aos policiais, reduzindo a exposição a riscos e contribuindo para a integridade física dos servidores. Os kits são compostos por ferramentas de alta resistência e ergonomia, fabricadas segundo normas técnicas específicas e por empresas habilitadas, assegurando qualidade e conformidade com as exigências da atividade policial.

2.2. Área requisitante

A unidade requisitante é o Departamento de Planejamento, Administração e Finanças - DEPAF, sendo que as unidades beneficiadas serão preferencialmente as unidades operacionais que estejam entre os 40 (quarenta) Municípios prioritários, definidos pelo Planejamento Estratégico de Segurança Pública.

3. Solução

3.1. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e conforme determina o art. 23 e seus parágrafos, foi realizado levantamento de mercado com vistas à levantar a melhor modalidade de contratação, bem como, a estimativa do valor da contratação. A pesquisa considerou diversas fontes, incluindo:

- Sites eletrônicos especializados de amplo domínio público, conforme previsto no art. 23, §2º, inciso IV;
- Consulta direta a fornecedores com atuação consolidada no mercado (art. 23, §2º, III);
- Bases públicas oficiais, como o Painel de Preços do antigo Ministério do Planejamento (atualmente Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos);
- Atas de Registro de Preços vigentes em âmbito federal e estadual.

Apesar dos esforços empreendidos, não foram localizadas Atas de Registro de Preços compatíveis com o objeto pretendido, tampouco registros de compras recentes dos itens no Painel de Preços. Tal ausência reforça a necessidade da instauração de processo próprio de contratação, na forma de licitação regular. Quanto a modalidade de contratação indicada, levantou-se os seguintes cenários:

Nº	SOLUÇÃO	ATENDE/NÃO ATENDE	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
1	Locação dos itens	Não atende	No que tange aos itens "Câmera de Ação" e "Rastreadores" seria possível encontrar no mercado unidades disponíveis para locação, entretanto tal solução não seria viável para a Administração, considerando que os equipamentos serão utilizados para registrar conteúdo de natureza sigilosa, para fins de investigação criminal. Já no que tange ao item "Kit desobstrução", pela sua especificidade, não é possível encontrar no mercado para locação.
2	Aquisição dos itens	Atende	Os bens poderão ser adquiridos através de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 6º, XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, o certame poderá viabilizar vantajosidade à Administração Pública, tendo em vista que no decorrer do certame os preços serão reduzidos.

3.2. Descrição da solução como um todo

Compreendendo a importância vital de modernizar a Investigação Criminal, oferecendo aos policiais civis do Estado da Bahia melhores condições de trabalho por meio da aquisição de equipamentos específicos que auxiliem no processo de investigação e as operações desta decorrentes, para que se propicie uma ampliação à taxa de resolutividade dos inquéritos e a consequente elevação da elucidação de crimes diversos, a Polícia Civil da Bahia identificou a necessidade de adquirir Kits Desobstrução, Rastreadores e Câmeras de Ação.

Conforme já explicitado no item 2.1 do presente Estudo Preliminar Técnico, tais equipamentos ensejarão maior facilidade para registrar, monitorar e analisar fatos no decorrer da investigação criminal, além de ampliar a capacidade das equipes no atendimento de ocorrências diversas, principalmente no que tange aos cumprimentos de busca de pessoas e bens, oferecendo não somente maior economia temporal como maior segurança aos policiais civis em atividade.

Assim, os itens a serem adquiridos serão:

RASTREADOR PORTÁTIL -

Aparelho discreto sem qualquer indicador LED externo;

Deverá haver a indicação de 3 LEDs internos demonstrando o estado da bateria, sinal GPS e sinal GSM, ocultos a visão externa;

Portátil em tempo real;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para detecção de movimento quando o rastreador sair do modo de hibernação por ter sido movimentado;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento no caso do rastreador ser removido da superfície em que estava colado pela base magnética;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para baixo nível de bateria;

Bateria interna recarregável de no mínimo 7500mAh/3.7v que possibilite ao rastreador funcionar de forma ativa ininterrupta (localização GPS válida e enviando posição continuamente para o servidor a cada 1 minuto) por pelo menos 5 dias (120 horas).

Deverá possuir resistência a água e poeira nível IP65;

Cercas eletrônicas com registro de entrada e saída;

Sensor de luminosidade para mudanças brusca do nível de luz (remoção do local de fixação);

Deverá possuir tamanho máximo 110 x 80 x 30mm;

Deverá possuir peso máximo 300g;

Preferencialmente feito a caixa externa plástico ABS de alto impacto, preto fosco sem marcações (máxima discrição) ou de material de maior resistência;

Deverá possuir ímã interno tipo N52H ou de superior capacidade magnética, com poder atrativo vertical em relação à superfície de adesão de no mínimo 15Kg;

Entrada de recarga Micro-USB;

5VDC máximo 1A;

Deverá possuir módulo GNSS com antena interna que utilize simultaneamente pelo menos dois sistemas globais de posicionamento por satélite, podendo ser esses GPS, Galileo, Glonass e Beidou;

Módulo GNSS com pelo menos 80 canais paralelos e sensibilidade mínima de -165dBm em posicionamento, com erro horizontal máximo de 10 metros em área de céu aberto;

Comunicação principal de dados através de modem GSM com antena interna e compatível com SIM Card de qualquer operadora do país ou do exterior, inclusive os multioperadora, utilizando tecnologia 4G e mais uma tecnologia de backup, podendo ser 3G ou 2G, para dar cobertura em locais onde não há cobertura 4G. Alternativamente deverá ser capaz de receber comandos e enviar posições por SMS, sob demanda.

As posições eventualmente enviadas por SMS deverão ser no formato de link do Google Maps que facilite a visualização ao clicar no link.

A requisição de posições por SMS deverá ser feita por SMS e por chamada de voz para o número do chip utilizado no rastreador.

Possibilidade de abertura automática de escuta remota ao se realizar uma ligação para o número do SIM card do rastreador.

Plataforma de rastreamento em Português do Brasil, instalada pelo fornecedor em servidor disponibilizado pelo licitante, localizado em sua sede. O fornecimento do sistema operacional, sistema de banco de dados e chaves de mapas online necessários será feito pelo licitante. Uma vez instalada a plataforma de rastreamento deverá ser totalmente independente, não devendo ter qualquer ligação lógica com sistemas do fornecedor. A plataforma deverá ser comprovadamente de domínio técnico do fornecedor, de empresa do seu grupo empresarial ou de empresa terceira desde que haja contrato formalizado;

A plataforma de rastreamento deverá apresentar, além das posições dos rastreadores cadastrados, deverá apresentar a posição dos usuários quando estiverem logados na plataforma;

Sensor de movimento ou acelerômetro interno que possibilite ao equipamento funcionar em pelo menos dois regimes distintos: quando em movimento, envio constante de posições dentro do intervalo de tempo programado; quando estático, modo de hibernação com envio de posições em intervalos de no mínimo uma hora;

Capacidade de armazenamento interno de pelo menos 5.000 posições que não sejam enviadas para o servidor quando o equipamento perder sinal GSM. Esses dados não deverão se perder caso o equipamento seja desligado (memória não volátil). Tão logo houver sinal GSM, o equipamento deverá automaticamente descarregar as posições armazenadas, sem prejuízo do envio das posições em tempo real;

As configurações do equipamento deverão poder ser realizadas remotamente via plataforma de rastreamento web e via SMS;

A documentação, softwares e acessórios necessários à configuração completa do equipamento deverão ser fornecidos ao licitante;

O equipamento deverá ter homologação ANATEL válida;

Em caso de fornecedor não titular do certificado de homologação da ANATEL, deverá este apresentar acordo comercial com o fabricante, de forma a garantir a execução do contrato e conforme previsto nos Art. 64 a 67 da Resolução ANATEL Nº 715, de 23/10/2019;

Deverá possuir Microfone (para escuta ambiente);

Liga/Desliga pela inserção e remoção do SIM Card.

Prazo de garantia mínimo para os equipamentos de 12 (doze) meses.

Aparelho discreto sem qualquer indicador LED externo;

Deverá haver a indicação de 3 LEDs internos demonstrando o estado da bateria, sinal GPS e sinal GSM, ocultos a visão externa;

Portátil em tempo real;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para detecção de movimento quando o rastreador sair do modo de hibernação por ter sido movimentado;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento no caso do rastreador ser removido da superfície em que estava colado pela base magnética;

Alarme ou notificação na plataforma de rastreamento para baixo nível de bateria;

Bateria interna recarregável de no mínimo 7500mAh/3.7v que possibilite ao rastreador funcionar de forma ativa ininterrupta (localização GPS válida e enviando posição continuamente para o servidor a cada 1 minuto) por pelo menos 5 dias (120 horas).

Deverá possuir resistência a água e poeira nível IP65;

Cercas eletrônicas com registro de entrada e saída;

Sensor de luminosidade para mudanças brusca do nível de luz (remoção do local de fixação);

Deverá possuir tamanho máximo 110 x 80 x 30mm;

Deverá possuir peso máximo 300g;

Preferencialmente feito a caixa externa plástico ABS de alto impacto, preto fosco sem marcações (máxima discrição) ou de material de maior resistência;

Deverá possuir ímã interno tipo N52H ou de superior capacidade magnética, com poder atrativo vertical em relação à superfície de adesão de no mínimo 15Kg;

Entrada de recarga Micro-USB;

5VDC máximo 1A;

Deverá possuir módulo GNSS com antena interna que utilize simultaneamente pelo menos dois sistemas globais de posicionamento por satélite, podendo ser esses GPS, Galileo, Glonass e Beidou;

Módulo GNSS com pelo menos 80 canais paralelos e sensibilidade mínima de -165dBm em posicionamento, com erro horizontal máximo de 10 metros em área de céu aberto;

Comunicação principal de dados através de modem GSM com antena interna e compatível com SIM Card de qualquer operadora do país ou do exterior, inclusive os multioperadora, utilizando tecnologia 4G e mais uma tecnologia de backup, podendo ser 3G ou 2G, para dar cobertura em locais onde não há cobertura 4G. Alternativamente deverá ser capaz de receber comandos e enviar posições por SMS, sob demanda.

As posições eventualmente enviadas por SMS deverão ser no formato de link do Google Maps que facilite a visualização ao clicar no link.

A requisição de posições por SMS deverá ser feita por SMS e por chamada de voz para o número do chip utilizado no rastreador.

Possibilidade de abertura automática de escuta remota ao se realizar uma ligação para o número do SIM card do rastreador.

Plataforma de rastreamento em Português do Brasil, instalada pelo fornecedor em servidor disponibilizado pelo licitante, localizado em sua sede. O fornecimento do sistema operacional, sistema de banco de dados e chaves de mapas online necessários será feito pelo licitante. Uma vez instalada a plataforma de rastreamento deverá ser totalmente independente, não devendo ter qualquer ligação lógica com sistemas do fornecedor. A plataforma deverá ser comprovadamente de domínio técnico do fornecedor, de empresa do seu grupo empresarial ou de empresa terceira desde que haja contrato formalizado;

A plataforma de rastreamento deverá apresentar, além das posições dos rastreadores cadastrados, deverá apresentar a posição dos usuários quando estiverem logados na plataforma;

Sensor de movimento ou acelerômetro interno que possibilite ao equipamento funcionar em pelo menos dois regimes distintos: quando em movimento, envio constante de posições dentro do intervalo de tempo programado; quando estático, modo de hibernação com envio de posições em intervalos de no mínimo uma hora;

Capacidade de armazenamento interno de pelo menos 5.000 posições que não sejam enviadas para o servidor quando o equipamento perder sinal GSM. Esses dados não deverão se perder caso o equipamento seja desligado (memória não volátil). Tão logo houver sinal GSM, o equipamento deverá automaticamente descarregar as posições armazenadas, sem prejuízo do envio das posições em tempo real;

As configurações do equipamento deverão poder ser realizadas remotamente via plataforma de rastreamento web e via SMS;

A documentação, softwares e acessórios necessários à configuração completa do equipamento deverão ser fornecidos ao licitante;

O equipamento deverá ter homologação ANATEL válida;

Em caso de fornecedor não titular do certificado de homologação da ANATEL, deverá este apresentar acordo comercial com o fabricante, de forma a garantir a execução do contrato e conforme previsto nos Art. 64 a 67 da Resolução ANATEL N° 715, de 23/10/2019;

Deverá possuir Microfone (para escuta ambiente);

Liga/Desliga pela inserção e remoção do SIM Card.

Prazo de garantia mínimo para os equipamentos de 12 (doze) meses.

CÂMERA DE AÇÃO CÂMERA DE AÇÃO (incluindo acessórios): devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio, com processador GP2, Resolução de vídeo de 5,3K60 + 4K120 + fotos de 23 megapixels, À prova d'água a até 10 m + resistência; envio automático de fotos e vídeos para a nuvem enquanto sua câmera carrega; TimeWarp 3.0, Câmera 8x mais lenta; Compatível com o aplicativo Quik; Deverá ser compatível com suportes e acessórios vendidos no mercado. **FUNÇÕES:** Capaz de capturar vídeos com mínimo de 5,3k, tirar fotos no mínimo 23 MP, possuir desempenho em condições de baixa luminosidade e estabilização de vídeo HyperSmooth 4.0. **ACESSÓRIOS:** Inclui cartão SD 64GB; suporte de cabeça e capacete; conjunto: mínimo de 1 (um) suporte curvo e mínimo 1 (um) suporte reto com adesivos; suporte peitoral. Bateria reserva recarregável; suporte tripla ventosa; caixa protetora. **DETALHES:** Luz de status; botão de obturador; sensor de 23,6 MP; microfone; dreno de microfone (para drenar água); hastes dobráveis; tela LCD frontal com visualização ao vivo; Altura máximo 50.8mm, comprimento máximo de 71.8mm largura máxima de 33.6mm ; botão modo; tela de toque, entrada para cartão SD; trava de porta, porta USB-C; bateria interna; alto falante.

KIT DESOBSTRUÇÃO - para uso policial, contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca) e mochila de transporte com seguinte especificações: - Leve, porém extremamente resistente e compacta, construída no mínimo em nylon 1000D (Cordura®) resinado, totalmente impermeável e resistente a

hidrolise; A mochila deve encaixar - Possuir alças em formato de S, com regulagem de altura. - Possuir sistema de ajuste de cintura, ombros e ajuste peitoral ; - Possuir 3 (três) bolsos distintos, destinados ao encaixe e acondicionamento de cada ferramenta, tendo o bolso central destinado a ferramenta mais pesada, no caso a aríete. - As ferramentas devem estar protegidas por 2 (duas) abas de nylon 1000D (CORDURA®), que ajudam na fixação e estabilização das ferramentas e que cubram totalmente os equipamentos. - As abas devem ter fechamento através de velcro - As costuras da mochila devem ser do tipo eletrônicas com fio de nylon n 40. Características da mochila: Peso: 1kg, Cor: Preto, caqui, Multicam. Mínimo aceitável - tecido: nylon 1000D/poliamida 6.6. Fitas: Polímero (Polietileno Tereftalato). Fio: nylon n 40. Carga de ruptura mínima 50kg. Ferramentas: - Um aríete tático: de uso exclusivo para o serviço policial, deve ser compatível com a mochila, construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento na cor preta, possuir nas extremidades ponteiros de nylon fixados e travados. O tamanho e o peso determinado para fornecer mais de 300kg de força cinética. Deve possuir neutralização de rebote, com alça em borracha especial de alta tenacidade que pode ser utilizada na temperatura de -20 a 90 graus Celsius, semi-flexíveis, posicionadas e travadas na longitudinal do tubo, a alça emborrachada deve fornecer boa aderência mesmo utilizando luvas, molhadas ou em contato com óleo ou sangue. As ponteiros de nylon e o emborrachamento das alças devem tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo 50.000V - (50KV) não condutivo e anti-fagulha. Tamanho: 50 cm; Diâmetro do tubo: 11,5cm; Diâmetro da alça: 2,54cm; Peso máximo: 10 kg. Cor: Preto. - Um alicate corta fio - tático: Deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial deve ser compatível com a mochila, deve ser construído em aço cromo e molibdenio (Cr-Mo), possuir maior dureza e resistência ao desgaste das lâminas, ser usinado com cortes e medidas precisas com acabamento na cor preta. Deve ter força suficiente para cortar correntes, barras, estruturas metálicas e cadeados com dureza até 50HRC (escala Rockwell) ou seja, capacidade máxima de corte de 5/16 ou 8mm, possuir parafuso na parte lateral para ajuste das pinças. Possuir empunhaduras em nylon e aplicação em fibra de vidro para proteger o operador e tornar o equipamento isolado eletricamente no mínimo 50.000V - (50KV) e não condutivo. Deve fornecer ainda boa aderência mesmo utilizando luvas, molhado ou em contato com óleo ou sangue. Tamanho: 60 cm; Capacidade de corte: 5/16 ou 8mm; Peso máximo: 3kg; Cor: Preto. - Uma alavanca - tático: A alavanca (halligan) deverá ter seu desenvolvimento exclusivo para o serviço policial e compatível com a mochila. construído em aço, usinado com cortes e medidas precisas com acabamento em pintura epóxi. Deve fornecer força suficiente para romper obstáculos, expandir resistências e abrir portas com sentido de abertura de dentro para fora. Deve conter um quebrador de vidros ou perfurador, uma cunha de expansão e outra de tração. As empunhaduras devem ser em nylon com guarda nas duas direções e a aplicação de fibra de vidro deve proteger o operador tornando o equipamento isolado eletricamente até 50.000V - (50KV) e não ser condutivo. Deve fornecer boa aderência mesmo utilizando luvas, molhado, em contato com óleo ou sangue. Tamanho: 60 cm; Diâmetro: 3,5cm; Peso máximo: 4 kg; Cor: Preto.

3.2.4. O prazo legal de garantia técnica deverá ser de 90 (noventa) dias, por se tratar de fornecimento de produtos duráveis. (art. 26, I e II do CDC).

3.3. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O projeto será executado por meio da aquisição de 75 (cento e cinco) câmeras de ação, 100 (cem) rastreadores e 80 (oitenta) kits de desobstrução, os quais serão destinados às salas de investigação das unidades da Polícia Civil, conforme critérios previamente estabelecidos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PARÂMETRO(S) UTILIZADO(S)	JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA
1	CÂMERA DE AÇÃO	III	Não foi encontrado item compatível no Pannel de Preços disponível pelo Governo Federal, bem como contrato ou Ata de Registro de Preços vigentes contendo objeto com as mesmas especificações ora pretendidas. Sendo assim, foi necessário realizar pesquisas em sítios eletrônicos de domínio amplo (parâmetro III)

2	RASTREADOR PORTÁTIL	IV	Não foi encontrado item compatível no Painel de Preços disponível pelo Governo Federal, bem como contrato ou Ata de Registro de Preços vigentes contendo objeto com as mesmas especificações ora pretendidas. Por se tratar de equipamento de segurança com características específicas, sua disponibilidade no mercado é mais limitada, sendo necessária a consulta direta com fornecedores (parâmetro IV).
3	KIT DESOBSTRUÇÃO PARA USO POLICIAL	IV	Não foi encontrado item compatível no Paine de Preços disponível pelo Governo Federal, bem como contrato ou Ata de Registro de Preços vigentes contendo objeto com as mesmas especificações ora pretendidas. Por se tratar de equipamento operacional de uso policial, enquadrando-se, inclusive, na categoria de EPI, foi necessária a consulta direta com fornecedores (parâmetro IV).

A IN SEGES/ME nº 65/2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para as aquisições realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cujos fundamentos também são regulamentados, no Estado da Bahia, pela Decreto **Estadual nº 22.886/2024**

Conforme preleciona o art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, para promover a cotação de preços, é necessário que sejam observados parâmetros que serão adotados em ordem de prioridade, partindo-se ao seguinte no caso de frustração do anterior. O dispositivo legal em questão, em seus incisos I e II preveem os parâmetros I e II, respectivamente:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paine de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

In casu, somente foi possível aplicar os parâmetros supracitados no item kit desobstrução, que havia sido contratado pela Polícia Civil nos últimos 12 meses. Para os demais itens, não foram priorizados os parâmetros supracitados tendo em vista que a pesquisa ao Paine de Preços disponibilizada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>) foi frustrada, vez que não foram encontrados itens compatíveis com as especificações ora pretendidas.

Já o inciso III da referida Instrução Normativa prevê a possibilidade de utilização de sítios eletrônicos de domínio amplo como fonte de pesquisa preços. Sendo assim, o parâmetro III foi utilizado para cotação do item 1 – Câmera de Ação (00116782629).

O inciso IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, *ipsis litteris*:

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”

3.4.7. Neste sentido, foi utilizado tal parâmetro para pesquisa de preços de todos os itens da contratação pretendida – câmeras de ação, rastreadores, kits desobstrução -, formalizada por e-mail, datadas no meses de junho a julho de 2025.

A série de preços coletados foi:

ITEM 1 – CÂMERA DE AÇÃO

Consulta a sítios eletrônicos de domínio amplo:

MERCADO LIVRE, CNPJ n.º 03.007.331/0001-41 / Av. das Nações Unidas, nº 3.003, Bonfim, Osasco/SP - CEP 06233-903 - empresa do grupo Mercado Livre. Sítio eletrônico: www.mercadolivre.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 3.585,03 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e três centavos) . Sendo a pesquisa realizada em 30/06/2025.

ALFA TECNOLOGICO COMERCIO DE ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS LTDA - Todos Direitos Reservados, CNPJ: 57.884.485/0001-40, com endereço na AV C 255 400 QUADRA 600 LOTE – Nova Suíça, Goiana - GO, CEP: 74280-010. Sítio eletrônico: www.alfatecnologico.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 3.405,00 (três mil quatrocentos e cinco reais) . Sendo a pesquisa realizada em 30/06/2025.

AMAZON SERVIÇOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. | CNPJ 15.436.940/0001-03 , com endereço na Av. Juscelino Kubitschek, 2041, Torre E, 18º andar - São Paulo CEP: 04543-011 . Com Valor Unitário de R\$ 3.589,90 (três mil quinhentos e oitenta e nove reais e noventa centavos) . Sendo a pesquisa realizada em 30/06/2025.

ITEM 2 – RASTREADOR

Consulta a fornecedores:

NEURON ENGENHARIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ: 68.374.669/0001-87, com endereço na Av. Nove de Julho, 765, Sala 31, Box no.A122- São José dos Campos – SP, CEP 12243-000; Endereço eletrônico: claudemir.marcos.da.silva@gmail.com com Valor Unitário de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais). Sendo a data da proposta apresentada no dia 04/07/2025.

RISCO ZERO BRASIL GERENC. DE RISCO E GESTÃO DE FROTA LTDA, CNPJ 49.519.377/0001-40, com endereço na Av Virgínia Graciosa Pacelli, 299, Sala 2, Contagem - MG ; contato (31) 99636-1108, endereço eletrônico:jaimerson@riscozerobrasil.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Sendo a proposta apresentada no dia 01/07/2025.

TECGPS SISTEMAS DE RASTREAMENTO LTDA, CNPJ 13.074.840/0001-40, com endereço na Av. Charles Schneider, Bosque Flamboyant, n. 1236, edf. Square O. Mall, Parque Senhor do Bonfim, Taubaté-SP, CEP 12.040-000; contato (12) 8115-5020; endereço eletrônico: valeria@tecnologiagps.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 899 (oitocentos e noventa e nove reais). Sendo a proposta apresentada no dia 30/06/2025.

ITEM 3 – KIT DESOBSTRUÇÃO

Consulta a fornecedores:

LUK PROTECTION LDTA, CNPJ 53.273.957/0001-78, com endereço Rua Alto Alegre, nº 271, Rochdale, CEP 06.223-070, Osasco - SP; contato (11) 97530-5715; com endereço eletrônico: contato@luckprotection.com.br; Com Valor Unitário de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta). Sendo a proposta apresentada no dia 27/06/2025.

GLOBAL IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA, CNPJ: 44.513.773/0001-47, com endereço na

Avenida Presidente Getúlio Vargas, 629, Sala 7, Rebouças, Curitiba - PR, CEP 80.230-030; contato (11) 99815-7891; endereço eletrônico: cleverson@cobractical.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 11.845,00 (onze mil oitocentos e quarenta e cinco reais) . Sendo a proposta apresentada no dia 27/06/2025.

ARMADA ARTIGOS MILITARES LTDA ME , CNPJ 14.566.765/0001-06, com endereço URSULA PAULINO, 2607 - ESTRELA DO ORIENTE - CEP: 030580-353 Tel.: (31) 3290-2300 - Fax: (31) 3290-2300 - BELO HORIZONTE/MG; endereços eletrônicos: armadataticos@gmail.com. Com Valor Unitário de R\$ 12.446,00 (doze mil quatrocentos e quarenta e seis reais) .

Contratos celebrados pela Administração, nos últimos 12 meses:

AFM nº 20.047.00140/2025 - Fornecedor: S.O.S. SUL DEFENDER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TÁTICOS LTDA, CNPJ:19.422.463/0001-70, com endereço Avenida Comendador Franco, 2231 - Jardim das Américas - CEP: 81530434 Tel.: (41) 3024-0951 - CURITIBA/PR ; endereços eletrônicos: cadastro@sossul.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 4.349,45 (quatro mil trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Contrato nº 029/2025 - Fornecedor: GLOBAL IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA, CNPJ: 44.513.773/0001-47, com endereço na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 629, Sala 7 , Rebouças, Curitiba - PR, CEP 80.230-030; contato (11) 99815-7891; endereço eletrônico: cleverson@cobractical.com.br. Com Valor Unitário de R\$ 7.515,00 (sete mil quinhentos e quinze reais).

O valor proposto para a contratação está em conformidade com a programação orçamentária do órgão, sendo que o valor referencial, a ser incluído no processo, servirá como base para a negociação e aquisição do item. Este valor foi calculado a partir de uma análise de mercado, contemplando as melhores práticas de aquisição e garantindo que o investimento público seja realizado de forma eficiente e transparente.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	Unidade Medida	Quant.	COTAÇÃO 1	COTAÇÃO 2	COTAÇÃO 3	MÉDIA COTAÇÕES (**)
1	67.20.00.00175703-2	CAMERA, de acao devendo possuir alta velocidade e facilidade no manuseio com processador GP2 resolucao de vídeo de 5,3K60 + 4K120 + fotos de 23 megapixels a prova d agua	Un.	75	R\$ 3.585.03	R\$ 3.405.00	R\$ 3.589.90	R\$ 3.526.64
2	63.50.20.00017971-0	RASTREADOR, Investigativo, GPS Portatil PT 50X V2. Gps/Glonass 99 canais paralelos, modem Quadband (850/900/1800/1900), memória para area sem cobertura GSM, lma de neodimio N48H, forca>50Kg, Bateria 4600mAh 5 a 15 dias de duracao	Un.	100	R\$ 990.00	R\$ 998.00	R\$ 899.00	R\$ 962.33

3	42.40.20.00016574-3	<u>KIT desobstrução para uso policial mochila Preta com peso total de 20kg e o tamanho de 60cm contendo ferramentas para arrombamento tático (ariete, alicate e alavanca).</u>	<u>Un.</u>	<u>80</u>	<u>R\$ 7.950,00</u>	<u>R\$ 7.515,00</u>	<u>R\$ 4.349,45</u>	<u>R\$ 6.604,82</u>
TOTAL			889.116,13					

3.5. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É possível o fracionamento da contratação e a adjudicação por item, considerando que o objeto pretendido é divisível, não havendo prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

3.6. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A Polícia Civil da Bahia já realizou contratação de objeto semelhante ao ora pretendido em outras oportunidades, conforme processos indicados:

012.15963.2022.0040049-23; 012.9660.2022.0032227-72; 012.9660.2022.0032646-96; 012.15963.2022.0040048-42; 012.18211.2024.0014606-86; 012.18211.2024.0093040-12; 012.17516.2024.0061936-09.

3.7. Demonstração de previsão da contratação no planejamento da Administração:

A presente contratação está plenamente alinhada aos instrumentos de planejamento estratégico da Administração Pública, em níveis federal, estadual e institucional, evidenciando sua importância para o fortalecimento da atuação policial.

No plano nacional, a iniciativa converge diretamente com o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), especialmente no que se refere à Ação Estratégica 06 – Qualificar e fortalecer a atividade de investigação e perícia criminal, com vistas à melhoria dos índices de resolução de crimes e infrações penais. A aquisição de equipamentos operacionais reforça essa diretriz ao dotar as unidades da Polícia Civil com recursos que ampliam a eficiência investigativa e a produção da prova material.

Em âmbito estadual, a proposta está compatível com as diretrizes do Plano Estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública – PLANESP (2016–2025), contribuindo, em especial, para os seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

- OE 05 – Contribuir decisivamente para a aplicação da lei penal, ao fortalecer a atuação policial na elucidação de crimes, redução da reincidência e combate ao sentimento de impunidade;
- OE 08 – Ampliar as ações de repressão qualificada ao crime organizado, por meio do uso de ferramentas de inteligência e tecnologia aplicadas à investigação de crimes dolosos contra a vida e à atuação de organizações criminosas.

No âmbito institucional, a Polícia Civil da Bahia estruturou seu Plano Estratégico Organizacional – PEO (2019–2025), desdobramento do PLANESP, no qual estão previstas diversas iniciativas para o fortalecimento das atividades de polícia judiciária, dentre elas a modernização dos meios e recursos destinados à investigação criminal. Muitas dessas iniciativas já integram o Plano Plurianual do Estado da Bahia – PPA 2024–2027, enquanto outras estão previstas no portfólio estratégico da Instituição, aguardando condições orçamentárias para execução.

A contratação ora pretendida visa justamente viabilizar uma das ações programadas nesse planejamento institucional, ampliando o quantitativo de equipamentos operacionais de investigação disponíveis nas unidades da Polícia Civil. Ainda que a Instituição já disponha de alguns desses recursos, a atual demanda é por sua expansão e descentralização, de modo a alcançar um maior número de unidades operativas em todo o território estadual.

Com isso, espera-se a elevação da capacidade técnica e da qualidade dos procedimentos investigativos, refletindo diretamente na efetividade das operações policiais e na resolutividade dos inquéritos. A medida, portanto, está inserida em uma estratégia mais ampla de modernização da segurança pública e reforça o compromisso

institucional com uma atuação investigativa mais célere, precisa e resolutiva.

4. Planejamento

4.1. Resultados Pretendidos

A contratação dos referidos equipamentos visam modernizar a investigação criminal, bem como aumentar a qualidade do serviço prestado pela Polícia Civil da Bahia.

Os benefícios decorrentes da contratação serão tanto para os servidores quanto para a Instituição, os quais citamos alguns resultados pretendidos com essa iniciativa:

Modernização da Investigação Criminal: Utilização de equipamentos específicos para registrar, monitorar e analisar imagens, roteiros de deslocamento de veículos/pessoas, auxiliando na obtenção de dados e no robustecimento do acervo probatório.

Economia de recursos e de tempo: Sem esses equipamentos, os servidores imbuídos da função de investigação precisam executar as tarefas de levantamento e monitoramento de forma presencial, seja em campanha ou vigilância, ou por meio de outra ação de busca ou técnica de investigação, o que demanda, além de mais recursos, mais tempo.

Diminuição do risco do servidor em atividade: os equipamentos que auxiliam na obtenção de dados permitem que a atividade de investigação ocorra, também, do interior da delegacia, sendo prescindível que o policial esteja *in loco* ou em acompanhamento visual do alvo. Além disso, o equipamento que permite a desobstrução de locais com a técnica adequada evita que o policial se exponha a risco sem necessidade para que ultrapasse obstáculos necessários à persecução da operação, como em cumprimento de mandados de busca e apreensão.

Robustecimento do acervo probatório e maior efetividade das investigações: Com o uso adequado do equipamento “câmeras de ação”, dotado da qualidade e confiabilidade necessárias, é possível, por exemplo, registrar fotos e vídeos com melhor resolução para que se robusteça o acervo probatório sobre a materialidade e autoria de determinado fato tipificado como crime. Já com o uso dos rastreadores, é possível que seja inequivocadamente provada a presença de determinado suspeito em local de crime, ou provar a relação de um suspeito com outros prováveis suspeitos de integrarem uma organização criminosa, incluindo as respectivas dinâmicas de ação.

4.2. Providências a serem adotadas

No que tange ao espaço físico, a presente contratação não demandará demais providências, visto que os equipamentos a serem adquiridos serão distribuídos nos moldes do item 3.3 do presente Estudo Preliminar Técnico.

A área de gestão do contrato será promovida pelo Departamento de Patrimônio, Administração e Finanças – DEPAF, por meio da Coordenação de Contratos, e os fiscais serão oportunamente designados desta.

A Polícia Civil da Bahia possui profissionais capacitados para utilizar os equipamentos ora pretendidos.

4.3. Possíveis Impactos Ambientais

Os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA:

Racionalização do uso de substâncias potencialmente toxico-poluentes.

Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou a rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

A CONTRATADA, para a execução da aquisição, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 5º da Instrução Normativa/SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746, de 23 de outubro de 2012, no que couber, e, ainda:

A CONTRATADA vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

5. Viabilidade

5.1. Declaração de Viabilidade/Inviabilidade

O servidor responsável pelo planejamento da contratação, após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, declara a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, conforme o art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2022, e art. 6º, XIII do Decreto Estadual nº 22.598, de 02 de fevereiro de 2024.

6. Análise sobre a necessidade de classificação do ETP

Não há necessidade de classificação deste Estudo Técnico Preliminar, consoante descrito no Decreto Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

7. Identificação

Integrante Técnico:

Servidora: Lélia Paiva

Coordenadora Técnica

Matricula: 92.059.323



Documento assinado eletronicamente por **Lélia Giselle Cruz Paiva**, **Coordenador I**, em 10/07/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00116781269** e o código CRC **2E9977BC**.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Parte Variável do edital
Componente: **Minuta padronizada de Contrato**
Classificação: **modelo**
Versão: **1**
Data da aprovação/modificação (PGE):
22/05/2025 (OS PA Nº 017/2025)

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE BENS USUAIS

Notas:

1. Quando houver opções de texto em **vermelho**, deverá ser excluída a que não for utilizada. Se as opções forem apresentadas em parênteses "()", deverá ser assinalada a alternativa escolhida "(X)".
2. Nos espaços (....) destinados ao preenchimento de informações, as inclusões devem estar restritas ao tema tratado e não podem conflitar com outras disposições da minuta.
3. As "**Notas**" contêm orientações para a elaboração do TR/Habilitação, devendo ser excluídas na versão que for levada a publicação.
4. O responsável pela licitação deverá: preencher as informações específicas do objeto da licitação e assinalar, quando houver, as opções a serem aplicadas.
5. O arquivo utilizado para a elaboração da minuta do contrato deverá contemplar a versão utilizada e a data do *download*.

(X) LICITAÇÃO

CONTRATO Nº ____/____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O [ESTADO DA BAHIA] [AUTARQUIA _____] [FUNDAÇÃO] E A [PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA] _____, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). _____, titular da Secretaria _____, CNPJ nº _____, situada na _____, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de ____/____/____, doravante denominado Contratante, [utilizar a menção ao Estado somente se for órgão da Administração Direta]

OU

A [autarquia ou fundação], situada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) _____ [cargo e nome], portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominado Contratante

e a _____ [pessoa jurídica], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante representada pelo Sr(a). _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada Contratada

OU

e a _____ [pessoa física], com endereço na _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominado Contratada

, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente () do Pregão Eletrônico nº ____/____, processo administrativo nº _____, que se regerá pela Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a _____ [especificar], nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:

- a) TR/Habilitação;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Edital da Licitação (demais componentes);
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____, a contar da data da () **assinatura do Contrato** () **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** () **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

- impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo, no que, conforme o caso, podem estar incluídas situações previstas no art. 108 da Lei Federal nº 14.133/2021.

OU

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____ [máximo de 5 anos], a **contar da data** da () **assinatura do Contrato** () **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** () **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS** _____, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 A prorrogação de que trata esta Cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- comprovação de que a forma de execução do objeto tem natureza continuada;
- apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato e sua regularidade;
- apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da execução contratual;
- manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada (art. 44, §3º, inc. III, do Decreto nº 23.113, de 9 de outubro de 2024):

- a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;
- a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____

Nota: alternativamente, a nomeação do gestor do contrato pode ser feita por portaria.

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____ matrícula(s): _____

Nota: alternativamente, a nomeação do fiscal e/ou comissão pode ser feita por portaria.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições indicadas no TR/Habilitação.

4.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não se responsabilizando o Contratante por nenhum compromisso assumido pela Contratada com terceiros.

4.1.2 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.2.1 A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1.4 Caso tenha sido formulada no TR/Habilitação a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

a) a Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de extinção do Contrato, assegurando-lhe, para fins de regularização, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por até igual período;

b) a Contratada deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

c) a Contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação; e

d) os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas (art. 48, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

LOTE ____						
ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
1						
2						
3						
					VALOR ESTIMADO MENSAL	
					VALOR ESTIMADO GLOBAL	

Notas:

1. Caso a planilha seja extensa, recomenda-se o uso de tabela anexa.
2. Adaptar conforme o objeto.

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor mensal de R\$ ____ (____), perfazendo o valor estimado global de R\$ ____ (____).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo e/ou houver pagamento mensal.

OU

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R\$ ____ (____)



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo e não houver pagamento mensal.

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado de ___/___/___, **data do orçamento estimado** (art. 92, inc. V, e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

Notas:

- 1. A Administração deve indicar o índice que, conforme o objeto do contrato, retrata a variação efetiva do custo de produção, sendo admitida a adoção de mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos dos art. 6º, inc. LVIII, e art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- 2. O índice utilizado deve ser o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços do objeto do contrato, "(...) o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração (...)" – TCU, Acórdão nº 114/2013-Plenário.**
- 3. Caso o INPC/IBGE não se adeque ao objeto, deverá ser alterado para o índice compatível.**

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: a Administração poderá ajustar o prazo conforme o caso concreto.

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no TR/Habilitação e demais componentes, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;
- e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;
- g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;
- j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

8.1.1 O Contratante, no prazo de _____ (____) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Notas:

1. Nos termos do art. 123, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas.

2. O prazo a que se refere a subcláusula 8.1.1 deve ser definido conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução do Contrato. Caso não haja especificação, o prazo será de 1 (um) mês, conforme o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;
- j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;
- n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação;
- q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

14.133/2021);

r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

Notas:

1. O percentual de que trata o item 1) foi fixado no Decreto nº 16.761/2016, que regulamentava a Lei nº 14.459/2015, revogada pela Lei nº 14.395/2021, que não especifica percentual mínimo de aprendizes. Não obstante, para conferir resultado útil à previsão legal, esta minuta adota, como parâmetro, o percentual indicado no Decreto nº 16.761/2016.

2. Regulamentada a Lei nº 14.395/2021 com indicação de percentual diverso, o item 1) deverá ser compatibilizado com a nova regra.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;

cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;

ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispor de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;

hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;

jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

mm) entregar o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes do TR/Habilitação e no presente Contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se houver.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.

10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei nº 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei nº 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei nº 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 47, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei nº 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1º, da Lei nº 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal**, incidente sobre o valor global do contrato, será de: **20% (vinte por cento)** (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento)** (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) e não poderá ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,5% (cinco décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.** (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) e não é recomendável que supere 1% (um por cento), em razão do prazo para atingimento do limite máximo da multa compensatória (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de **0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,3% (três décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.**

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de **5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, mas não poderá ser inferior a 0,1% (um décimo por cento)

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo.

OU

11.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

11.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1 Na hipótese de que trata a subcláusula 11.1.1, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, condicionada à intimação da Contratada sobre a não continuidade do pacto com, no mínimo, 2 (dois) meses de antecedência da referida data (art. 106, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1.1 Caso a intimação de que trata a subcláusula 11.1.1 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do Contrato, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como contínuo.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nota: conforme o art. 106, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses de objetos enquadrados como contínuos, "a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para os serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.5 Nas alterações contratuais para supressão de bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.8 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

13.9 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Nota: utilizar essa cláusula caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do Contratante

Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

